



POLÍTICA

Proteção de Dados Pessoais

Políticas Qive
Informação Pública



Sumário

03	Apresentação
04	Abrangência
05	Objetivo
06	Definições
07	Princípios de proteção de Dados
08	Direitos do Titular
09	Tratamento dos Dados Pessoais
10	Tratamento no exterior
11	Identificação e classificação dos Dados Pessoais
14	Consentimento do Titular

15	Legítimo Interesse
16	Solicitações de Dados Pessoais
18	Penalidades
19	Papéis e responsabilidades
20	Canal de escuta
21	Ordem de importância
22	Aceite na Política e documentos complementares
23	Revisão da Política
23	Referências
24	Controle de versionamento

\Apresentação

Em nossas atividades, lidamos com uma infinidade de informações que merecem atenção especial e com os Dados Pessoais não poderia ser diferente.

Esta Política de Proteção de Dados Pessoais ("Política") estabelece os cuidados que devemos ter ao tratar Dados Pessoais. Essas informações podem estar em nossa base de dados ou de terceiros, com finalidade de uso tanto para própria Qive quanto para a prestação de serviços aos clientes.

Leia atentamente as orientações aqui previstas, pois contamos com a sua dedicação no entendimento e aplicação das suas diretrizes. Caso tenha qualquer dúvida, entre em contato com a sua gestão ou por meio do dpo@qive.com.br.

Abrangência

Esta Política é aplicável a todas as pessoas que possuam relacionamento com a Qive ou estejam agindo em nosso nome, sejam elas sócias, diretoras, executivas, investidoras, membros do conselho, empregadas, prestadores de serviços ou fornecedores (“Você” ou “Qiver”).

Este documento está alinhado com regulamentos internacionais e internos, e sua aplicação é obrigatória.

Objetivo

O objetivo desta Política é estabelecer nossas expectativas em relação ao adequado uso dos Dados Pessoais.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) - Lei nº 13.709/2018 - é a principal legislação que embasa esta política.

Assim, o objeto de proteção desta Política são os Dados Pessoais de toda e qualquer pessoa que estiver relacionada com a Qive, desde pessoas representantes de clientes, até pessoas empregadas por nós, inclusive, aquelas que acessam nosso site.

Além disso, queremos dar à Você ferramentas que garantam a compreensão e adesão aos requisitos legais sobre esta matéria.



Definições

Para esta Norma, utilizam-se os termos e definições que, quando escritos com a primeira letra em maiúscula (seja no singular ou no plural), terão o significado previsto em nosso Glossário Qive, que Você pode localizar em nossa Plataforma de Governança Corporativa ([Gopliance](#)) e demais normas internas.

Princípios de proteção de dados

Enquanto Você estiver tratando Dados Pessoais que estão sob a nossa responsabilidade, deve estar atento aos seguintes princípios:

Finalidade: propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular.

Adequação: Tratamento adequado com a finalidade informada.

Livre acesso: consulta fácil e gratuita sobre a forma e a duração do Tratamento dos Dados Pessoais.

Necessidade: utilização mínima de dados, coletar somente o necessário.

Transparência: informações claras, precisas e de fácil acesso sobre o Tratamento dos Dados Pessoais.

Segurança: proteção técnica e administrativa dos Dados Pessoais.

Qualidade dos dados: clareza, relevância e atualização dos dados de acordo com a finalidade e necessidade.

Prevenção: adoção de medidas preventivas à violação ou ameaça aos Dados Pessoais.

Prestação de contas: demonstração de adequação a lei e medidas eficazes para a proteção dos Dados Pessoais.

\Direitos do Titular

Durante o Tratamento de Dados Pessoais pela Qive, é garantido ao Titular alguns direitos como:

1. Revogação do Consentimento.
2. Eliminação dos Dados Pessoais tratados com o Consentimento do Titular
3. Informação das entidades públicas e privadas com as quais o Controlador realizou uso compartilhado de dados
4. Correção dos seus dados
5. Portabilidade dos seus dados
6. Informação sobre a possibilidade de não fornecer Consentimento e sobre as consequências da negativa.
7. Acesso aos seus Dados Pessoais.
8. Confirmação de que seus dados são tratados
9. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dado desnecessário, excessivo ou tratado em desconformidade com a lei.

Tratamento dos Dados Pessoais

O Tratamento de Dados Pessoais aqui na Qive poderá ocorrer quando a situação se enquadrar em uma das hipóteses previstas em lei, sendo as principais delas:

DADOS PESSOAIS

- Mediante Consentimento;
- Quando lei ou norma exigir;
- Para cumprir um contrato celebrado com o Titular;
- Para se defender em um processo;
- Para proteger a vida ou a integridade física de alguém;
- Legítimo interesse;
- Proteção do crédito.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

- Mediante Consentimento de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- Quando lei ou norma exigir;
- Para exercer direitos estabelecidos em contrato;
- Para se defender em um processo;
- Para proteção da vida ou da integridade física;
- Para evitar fraude em processos de identificação/autenticação (biometria).

Importante lembrar que a legislação regulamenta o Tratamento dos Dados Pessoais em qualquer meio, físico ou digital. Portanto, dados armazenados em arquivos de papel também estão sujeitos às disposições desta Política.



\ Tratamento no exterior

O Tratamento no exterior só poderá exterior nas hipóteses abaixo:

- Se o local de destino tiver proteção jurídica compatível com a LGPD;
- Quando comprovada a adequação à LGPD por meio de cláusulas contratuais, normas corporativas globais, certificados e afins;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Quando a ANPD autorizar;
- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato.
- Mediante o Consentimento do Titular, específico e em destaque para a transferência internacional.

Realizamos a transferência internacional de Dados Pessoais em nossas operações, uma vez que nossos servidores são localizados em território estrangeiro, bem como diversos de nossos subprocessadores.

Identificação e classificação dos Dados Pessoais

O armazenamento dos Dados Pessoais de forma adequada, com classificações corretas e devidamente catalogadas é o que formará o nosso Inventário.

Com um bom Inventário poderemos comprovar que tratamos os Dados Pessoais de maneira segura (técnica e legalmente), estando em total adequação com as legislações aplicáveis, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas de proteção.

Há algumas regras que aplicamos na identificação e classificação de Dados Pessoais.

Identificação e classificação dos Dados Pessoais

Tipo do Dado

Verifica-se se é um Dado Pessoal Sensível ou não, anônimo ou anonimizado, tendo por base a natureza do dado e a sua identificação (se é possível identificar a sua titularidade ou não).

Vantagens: permite uma atuação facilitada e mais segura (dados anônimos não são Dados Pessoais e não precisam de autorização do Titular, por exemplo).

Publicidade do Dado

Também classificamos o dado verificando se são dados públicos, disponíveis para livre acesso ou se são dados privados.

Vantagens: ajuda a evitar que haja uma divulgação indevida de informações confidenciais, utilizando somente dados autorizados para este fim.

Finalidade do Tratamento

Classificamos os dados verificando a finalidade para a qual eles estão sendo coletados, como enviar e-mail marketing, entregar produtos adquiridos ou criar lista de bloqueios, ou fraudes.

Vantagens: como o Tratamento deve atender objetivos específicos, ter os dados catalogados pela finalidade ajuda a evitar um Tratamento indevido e auxilia no planejamento das atividades desempenhadas.

Identificação e classificação dos Dados Pessoais

Origem do Dado

Classificamos o dado verificando de onde ele veio, se foi enviado diretamente pelo Titular ou por uma empresa, ou se foi extraído de uma base de dados.

Vantagens: orienta quais precauções devemos tomar, por exemplo, pedir Consentimento, incluir cláusulas contratuais ou assinar um Acordo de Fornecimento de Dados Pessoais.

Segregação do dado

Classificamos o dado pela forma em que ele é armazenado, utilizando regras de segregação física ou lógica.

Vantagens: quando você armazena os Dados Pessoais separados, por exemplo, por cliente e por produto, será mais fácil atender às solicitações do cliente referentes a essa Base de dados.

Identificador

Classificamos o dado vinculando a ele um identificador único, seja um ID ou código genérico, ou ainda o vinculando à um Dado Pessoal específico de determinados Titulares.

Vantagens: ao vincular os dados de um Titular a um identificador único (código, tag ou mesmo o CPF), será mais fácil encontrar todas as instâncias de Tratamento de Dados Pessoais de um mesmo Titular.

Consentimento do Titular

Embora o Consentimento possa ser obtido por escrito, também pode ser feito por qualquer outro meio, desde que seja possível comprovar a manifestação inequívoca da vontade do Titular, como, por exemplo, um vídeo, gravação telefônica, ou o aceite eletrônico em um site, o qual contenha medidas mínimas de identificação e validação da identidade do Titular.

Nós utilizamos, para a maioria das situações, o aceite eletrônico, devendo sempre ser registrado e arquivado para atender qualquer requisição futura.

ATENÇÃO!

O Consentimento deverá ser específico para cada Tratamento, ou seja, deverá ser identificado qual dado será utilizado e descrita a forma de utilização desse dado, não devendo ser utilizado de forma diversa da informada.

Sempre que possível, deve-se solicitar Consentimento para novos Tratamentos que dependem do Consentimento do Titular, ou, ao menos, comunicar ao Titular dessa alteração.

Legítimo Interesse

O Legítimo Interesse dependerá de uma análise caso a caso e acontecerá, por exemplo, para apoio e promoção das atividades do Controlador ou para proteger os direitos do Controlador em relação aos serviços prestados ao Titular.

O Legítimo Interesse não poderá prejudicar direitos e liberdades fundamentais do Titular (como igualdade de gênero, liberdade de expressão e o sigilo da correspondência)

Recomenda-se que essa justificativa seja utilizada como último recurso, quando não for possível o enquadramento do Tratamento nas demais situações. Quando o Tratamento for realizado com base no Legítimo Interesse, a Qive deverá realizar um estudo contendo a descrição dos processos do Tratamento e as medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos, bem como a realização do Relatório de Impacto (RIPD).

Solicitações de Dados Pessoais

Toda e qualquer solicitação de Titulares, das autoridades governamentais (ex.: ANPD, autoridades judiciais) notificação de incidentes ou notificação envolvendo ameaças à integridade dos Dados Pessoais deverá ser encaminhada para um dos canais abaixo:

E-mail: dpo@qive.com.br

Telefone: (16) 3509-5515

Endereço: Avenida Doutor Carlos Botelho, 1863, Centro, São Carlos/SP. CEP: 13560-250, aos cuidados do DPO da Qive.

Enquanto Controladores, será nossa responsabilidade atender às solicitações diretamente à pessoa solicitante. Enquanto Operadores, a solicitação será feita ao Controlador que, quando necessário, a repassará para a Qive. Caso recebamos qualquer solicitação diretamente do Titular, enquanto Operadores, comunicaremos o Controlador para que possa adotar as ações necessárias em tempo hábil.



Solicitações de Dados Pessoais

As solicitações realizadas pelo Titular devem ser atendidas com a maior brevidade possível, de modo que a LGPD estabelece um prazo máximo de 15 (quinze) dias para que o Controlador atenda as solicitações realizadas.

Quando estivermos agindo como Operadores, poderemos receber solicitações do Controlador para auxiliar na obtenção das informações necessárias e solicitadas pelo Titular, de modo que o prazo para resposta será aquele estabelecido em contrato entre as partes.

Ainda assim, sempre verifique os prazos para cada caso.

Penalidades

A nossa reputação é o principal ativo que pode ser prejudicado em caso de descumprimento desta Política ou por violação das leis de Proteção de Dados Pessoais. Porém, além do dano à imagem, a violação da LGPD prevê diferentes sanções que poderão ser aplicadas pela ANPD em caso de descumprimentos. A penalidade varia de acordo com a situação analisada e da gravidade do descumprimento em questão. Elas podem ser:

Advertência	Suspensão do funcionamento do banco de dados
Eliminação dos Dados Pessoais	Proibição de Tratamento de Dados Pessoais.
Bloqueio dos Dados Pessoais	Suspensão de Tratamento dos Dados Pessoais
Tornar pública a infração	Multa simples ou diária de até 2% do faturamento, limitada a R\$ 50.000.000,00

Em nenhuma hipótese ou sob qualquer argumento, poderá ser alegado desconhecimento das normas e condições aqui estabelecidas.

Papéis e responsabilidades

O cumprimento com as diretrizes estabelecidas nesta Política deve ser de todos, independente do cargo que ocupe. A adesão a essas normas é essencial para promover um ambiente de trabalho íntegro, seguro e profissional.

ALTA DIREÇÃO

É papel da Alta Direção garantir a conformidade da Qive quanto às legislações de proteção de Dados Pessoais nos níveis nacionais e internacionais. Reforçando uma cultura de segurança da informação e acompanhando com mais proximidade os casos mais graves de violação dos Dados Pessoais.

ENCARREGADO DE DADOS (DPO)

É responsabilidade do Encarregado de Dados da Qive garantir a conformidade quanto às legislações, bem como acompanhar a adesão desta Política em toda a sua abrangência. Também é responsabilidade do Encarregado gerir solicitações de Titulares e casos de Incidentes de Segurança que envolvam Dados Pessoais.

LIDERANÇAS

Enquanto liderança, é seu dever observar o cumprimento de nossas normas pelos Qivers que estão sob sua supervisão, reforçando ainda os nossos Comportamentos, como incentivo a uma cultura de segurança da informação e proteção de dados. Deverá ainda colaborar com todas as ações de proteção de Dados Pessoais.

QIVERS

Enquanto Qiver, Você deve observar todas as diretrizes de proteção de Dados Pessoais, garantir a segurança nos Tratamentos dos Dados Pessoais e colaborar com todas as ações de proteção de Dados Pessoais. Deverá ainda reportar imediatamente ao Encarregado de Dados em caso de conhecimento de Incidentes de Segurança que envolvam Dados Pessoais.



Canal de Escuta

Na Qive, acreditamos que um ambiente de trabalho íntegro e transparente se constrói com a colaboração de todos. Por isso, criamos o Canal de Escuta Qive, um espaço seguro e totalmente confidencial para que Você, ou qualquer pessoa que se relacione com a Qive (como clientes, fornecedores e parceiros), possam se manifestar.

Acesse fácil: [Canal de Escuta](#).

Saiba mais no nosso Código de Ética.



Ordem de importância

Esta Política não pretende e não substitui qualquer lei aplicável ou qualquer termo de um contrato entre a Qive e Você. Em caso de qualquer conflito, prevalecerá a regulação mais restritiva.



Aceite na Política e documentos complementares

Para garantir a conformidade com legislações aplicáveis e a integridade de nossas operações, a Qive poderá criar documentos complementares a esta Política (normas, procedimentos, manuais, dentre outros). Todos ficarão disponíveis em nossa plataforma de governança.

Ao aceitar esta Política, Você declara que:

1. Leu, compreendeu e concorda em cumprir esta Política e todos os eventuais documentos complementares.
2. Compromete-se a consultar regularmente a plataforma de governança da Qive para se manter em atualização constante sobre as orientações vigentes.
3. Participará dos treinamentos relacionados e relatará quaisquer violações ou suspeitas através dos canais internos adequados.
4. Está ciente de que o não cumprimento pode resultar em ações disciplinares conforme as nossas diretrizes internas.

O aceite eletrônico implica na concordância com todos os termos aqui descritos e documentos complementares. Este aceite será registrado em nossos sistemas para fins de conformidade e auditoria.

Para esclarecimentos, utilize os canais de comunicação internos oficiais da Qive ou consulte o Jurídico Qive.

Revisão da Política

Avaliaremos, periodicamente, a eficácia da presente Política, realizando a revisão a cada ciclo de 12 (doze) meses, com equipe interna ou por meio de contratação de empresa de auditoria independente. Não havendo necessidade de modificação do seu conteúdo, permanecerá vigente a sua última versão.

Referências

Foram referências para a elaboração desta Política:

- ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022 – Segurança da informação, segurança cibernética e proteção à privacidade – Sistemas de gestão da segurança da informação – Requisitos;
- [PRO-01-v1.0-04.2025] - Procedimento de Informação Documentada.

Controle de versionamento

Versão	Autores/Cargos	Data de publicação	Aprovadores/ Cargos	Alterações	Vigência
1.0	Filipe Risso / Head do Jurídico	21/12/2021	Christian de Cico / Isis Abbud / Vitor de Araujo/	Lista Mestra	21/12/2021 a 31/05/2023
2.0	Pâmela Barbosa / Advogada Jr.	01/06/2023	Christian de Cico / Daniel Paschino / Isis Abbud / Vitor de Araujo /	Lista Mestra	01/06/2023 a 09/12/2024
3.0	Pâmela Barbosa / Advogada Jr.	10/12/2024	Daniel Paschino / CFO Filipe Risso/ Head do Jurídico	Lista Mestra	10/12/2024 a 29/06/2025
3.1	Pâmela Barbosa / Advogada Jr.	30/06/2025	Daniel Paschino / CFO Filipe Risso/ Head do Jurídico	Lista Mestra	Passa a vigorar a partir da sua publicação.

Filipe Risso DCP



The logo for Qive, featuring the word "Qive" in a white, sans-serif font. A red diagonal bar is positioned behind the letter "Q", extending from the bottom left towards the top right, partially obscuring the letter.